



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 1004479-78.2018.8.26.0037
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material
 Autor(a)(es): Joaquim Blank
 Advogado/OAB: Luis Roberto Moretti OAB 122887/SP
 Ré(u)(s): Condomínio Village Alegro
 Advogado/OAB: Sandro da Cunha Velloso de Castro OAB 199484/SP
 Sindico: Douglas Argenal Ramos – CPF 271.333.188-90

Em 19 de setembro de 2018, às 15:30h, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências sob a Presidência do MM. Juiz de Direito ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo identificado, foi instalada a audiência de conciliação, instrução e julgamento. **PRESENCAS:** autor(a) e ré(u) e procuradores acima nominados. **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO:** realizada com êxito nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL:** Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de R\$ 2.300,00. **ÉPOCA DO PAGAMENTO:** em 05 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$ 460,00, que serão quitadas mediante compensação com os valores devidos à título de condomínio, de modo que o autor não pagará referidas parcelas. No caso de o autor vender seu imóvel no condomínio antes do término das parcelas, o valor será então pago a ele pelo requerido. A primeira parcela será a do condomínio cujo vencimento se dá no 5º dia útil do mês de outubro de 2018 e a última no mês de fevereiro de 2019. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** cada parte arcará com os honorários de seu(sua) constituído(a). Não há custas. **HOMOLOGAÇÃO:** pelo MM. Juiz foi proferida sentença: Homologo o acordo celebrado pelas partes nos presentes autos, e decreto a **EXTINÇÃO DO PROCESSO** com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do CPC, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). Arquivem-se os autos digitais". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo as partes intimadas. Termo assinado digitalmente pelo MM. Juiz. Dispensada a digitalização e juntada aos autos do documento físico assinado pelos presentes. NADA MAIS. Eu, Alessandra Henriqueta Alves Ferreira, digitei.

MM. Juiz:

Autor(a)

Adv.:

Ré(u)

Adv.: